

Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 13

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 13

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 13 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 13) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-759-8 DOI 10.22533/at.ed.598191211 1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

Estamos na décima primeira edição do e-book “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”. Foram selecionados 77 artigos e estes, separados em 3 volumes. O objetivo em organizar esta coligação foi dar visibilidade a temas contemporâneos que envolvem e discutem a educação, sobretudo, voltados as temáticas da avaliação e políticas educacionais e expansão da educação brasileira.

Neste **Volume XI**, são 27 artigos englobando o ensino fundamental e médio, trazendo embates sobre o processo de alfabetização, ensino de matemática, saúde, meio ambiente, metodologias, currículo, políticas públicas e relatos de experiências.

No **Volume XII** são 26 artigos subdivididos em 4 partes distintas, sendo a primeira, em torno do Ensino Superior; a segunda, Formação de Professores; a terceira, Educação de Jovens e Adultos (EJA); e por fim, História e Política.

E no **décimo terceiro volume**, são 24 artigos, organizados em 3 partes: Educação Infantil; Uso de Tecnologias na Educação e; Educação e Diversidade. Os artigos apresentam resultados de pesquisas conforme objetivo deste e-book, abordando temáticas atuais dentro de cada uma destas partes.

Sejam bem-vindos ao e-book “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 11” e boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

PARTE 1 - EDUCAÇÃO INFANTIL

CAPÍTULO 1	1
A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS: EXPLORANDO TERRITÓRIOS DE INFÂNCIA	
Jessica Aparecida de Oliveira Michelle Fernanda Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5981912111	
CAPÍTULO 2	9
AS ESPECIFICIDADES DOS EDUCADORES DE CRECHE: UM DEBATE SOBRE SABERES E FORMAÇÃO	
Laíse Soares Lima	
DOI 10.22533/at.ed.5981912113	
CAPÍTULO 3	21
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Francisco Thiago Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5981912114	
CAPÍTULO 4	34
BEM-ESTAR /MAL-ESTAR NO TRABALHO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CAMPO GRANDE – MS	
Gisele Aparecida Ferreira Martins Flavinês Rebolo	
DOI 10.22533/at.ed.5981912115	
CAPÍTULO 5	46
LIVRO DA VIDA: MEMÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gabriela Moreira Rabelo	
DOI 10.22533/at.ed.5981912116	
CAPÍTULO 6	61
O BRINCAR E A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: A BRINQUEDOTECA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	
Tiago da Silva Teixeira Isabella de Oliveira Santos Daphiny Menezes Figueiredo Paola de Castro Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5981912117	
CAPÍTULO 7	71
A TECNOLOGIA, COMO ALIADA NA EDUCAÇÃO, NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	
José Erildo Lopes Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.5981912118	

PARTE 2 - USO DE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 8	84
AVAS E MOOCS: DIFERENTES ABORDAGENS PARA APRENDIZAGEM ONLINE	
Hércules Batista de Oliveira Jésyka Milleny Azevedo Gonçalves Josilene de Fátima Cardoso Sá Lidiane Gonzaga e Silva Luanna Azevedo Cruz Maria Alice Gomes Lopes Leite	
DOI 10.22533/at.ed.5981912119	
CAPÍTULO 9	91
EDUCAÇÃO: CURRÍCULO, PLANEJAMENTO E AS NOVAS TECNOLOGIAS NA COMPLEXIDADE DO SÉCULO 21	
Eulalia Arias Spinola	
DOI 10.22533/at.ed.59819121110	
CAPÍTULO 10	102
PROCURANDO NEMO: O FILME COMO FERRAMENTA FACILITADORA NO ENSINO	
Youry Souza Marques Jhennyfer de Oliveira Silva Ghabriel Honório da Silva Karoline Pádua de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.59819121111	
CAPÍTULO 11	109
SATISFAÇÃO DOS ACADÊMICOS QUANTO AS WEBCONFERÊNCIAS DISPONIBILIZADAS PELOS CURSOS DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	
Alenice Aliane Fonseca Ronilson Ferreira Freitas Vivianne Margareth Chaves Pereira Reis Naura Sthocco Silva Nobre Maria Nunes de França Maria Aparecida Pereira Queiroz Betânia Maria Araújo Passos Maria Ângela Lopes Drumont Macêdo Fernando Guilherme Veloso Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.59819121112	
CAPÍTULO 12	118
TELE-EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO FERRAMENTA DE QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA	
Renata Fernanda de Moraes Márcia Maria Pereira Rendeiro	
DOI 10.22533/at.ed.59819121113	

CAPÍTULO 13	132
UM ESTUDO SOBRE AS ATITUDES DOS ESTUDANTES DE ENSINO TÉCNICO EM RELAÇÃO À CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
Aichi da Cruz Martins dos Anjos Márcia Regina Ferreira de Brito Dias (in memoriam)	
DOI 10.22533/at.ed.59819121114	
CAPÍTULO 14	145
EDUCAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA, CONHECIMENTOS E A LUTA CONTRA A ALIENAÇÃO	
Silmara A. Lopes Verônica M. Domingues	
DOI 10.22533/at.ed.59819121115	
CAPÍTULO 15	159
EDUCAÇÃO SEXUAL E A SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO CRÍTICA DOS DISCENTES DE ENSINO MÉDIO	
Maélen Samara Bento Jaqueline Tavares Ribeiro de Oliveira Rafael Ceolato da Silva Antonio Donizetti Durante Ingridy Simone Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.59819121116	
PARTE 3 - EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	
CAPÍTULO 16	163
EDUCAÇÃO SEXUAL EM DISCURSO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA	
Karina de Araújo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.59819121117	
CAPÍTULO 17	174
IDENTIDADE E DIVERSIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA: ANÁLISE DE CONCEPÇÕES DOCENTES	
Pedro Henrique Vieira Suzana Lopes Salgado Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.59819121118	
CAPÍTULO 18	185
EDUCAÇÃO: OLHARES SOBRE OS EXCLUÍDOS JOVENS DOS MEIOS POPULARES	
Luzinete da Silva Figueirêdo	
DOI 10.22533/at.ed.59819121119	
CAPÍTULO 19	202
PERCEPÇÃO DE ESTRESSE EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS INGRESSANTES E ALOJADOS	
Maria do Socorro Souza de Araujo Sílvia Maria Melo Gonçalves	

DOI 10.22533/at.ed.59819121120

CAPÍTULO 20 217

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INDÍGENA

Josinei Vilarino Figueiredo
Kyrleys Pereira Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.59819121121

CAPÍTULO 21 229

PRÁTICA PEDAGÓGICA: ABORDANDO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NO ENSINO MÉDIO

Luana Cristina Barbieri da Silva
Weverton Rodrigo Macena de Mendes
Bruno Dalbello da Silva Elias
Fernando Luis de Moraes Rocha
Antonio Donizetti Durante
Ingridy Simone Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.59819121122

CAPÍTULO 22 233

SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS (1997-2014): UM ESTUDO BASEADO EM DISSERTAÇÕES E TESES

Juliane Cristina Ribeiro Borges de Souza
Neusa Elisa Carignato Sposito

DOI 10.22533/at.ed.59819121123

CAPÍTULO 23 242

TRAJETÓRIA E MEMÓRIAS DE JOVENS ADULTOS COM HIV: EXPERIÊNCIAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Barbara Regina Firmino

DOI 10.22533/at.ed.59819121124

SOBRE O ORGANIZADOR..... 253

ÍNDICE REMISSIVO 254

IDENTIDADE E DIVERSIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA: ANÁLISE DE CONCEPÇÕES DOCENTES

Pedro Henrique Vieira

Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação da UNITAU

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Professora do Curso de História e dos Mestrados Profissional em Educação (MPE) e Desenvolvimento Humano (MDH) da Universidade de Taubaté (UNITAU).

RESUMO: Este trabalho é fruto de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté que procurou analisar como as questões de identidade e diversidade de gênero são tratadas no cotidiano escolar. Para tanto, entrevistou professores que atuam do 6º ao 9º ano do ensino fundamental de uma escola da rede pública municipal de uma instância turístico-religiosa do Vale do Paraíba, interior do estado de São Paulo, utilizando a história oral como metodologia de coleta de dados. Depois disso, os dados foram analisados à luz de teóricos que se debruçaram sobre essas questões, estudando-as cientificamente, bem como do recorte feito a partir da legislação e políticas públicas editadas nos últimos quinze anos e que tratam desses assuntos.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade, gênero, escola, professores.

GENDER IDENTITY AND DIVERSITY AT SCHOOL: TEACHER CONCEPTS ANALYSIS

ABSTRACT: This work is the result of a research developed at the Professional Master Education of the University of Taubate that sought to analyze how issues of gender identity and diversity are dealt with in daily school life. To this end, interviewed teachers who work from 6th to 9th grade of elementary school of a school of the municipal public network of a tourist-religious instance of the Paraíba Valley, interior of the state of São Paulo, using oral history as a methodology for data collection. After that, the data were analyzed in the light of theorists who studied these issues, studying them scientifically, as well as the clipping made from legislation and public policies published in the last fifteen years that deal with these issues.

KEYWORDS: Identity, gender, school, teachers.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir de 1960, vemos a luta sobre a questão de gênero ganhar impulso, sobretudo com o advento do movimento feminista. Nesse primeiro momento, as mulheres lutavam por direitos básicos: usar roupas mais sensuais, ter livre arbítrio sobre o seu próprio corpo e estar mais equiparada, socialmente, ao sexo masculino. Muitas foram as conquistas a partir

de então e a mulher, hoje, se faz presente nos mais diferentes segmentos sociais, atuando ao lado do homem, e não atrás dele.

A partir do ano de 2001, no entanto, ganha força a luta de minorias sexuais socialmente relegadas: homossexuais, transexuais e travestis, entre outros, que passam a compor uma nova camada social, identificada, genericamente, pela sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais). A esta sigla sempre é acrescentada uma nova letra, a fim de dar conta da diversidade de gênero que compõe esse segmento.

Conforme o novo século e milênio avançavam, crescia também a influência da *internet* em nosso meio, com informações transmitidas em tempo real e com comunicação ilimitada, favorecendo a conexão entre indivíduos que, até aquele momento, tinham mais dificuldade para a mobilização e, conseqüentemente, organizar a luta por seus direitos.

A escola, nesse novo cenário, começou a receber pessoas dessa nova camada social – LGBT - para compor seus quadros, sobretudo o discente. Mas até que ponto os professores, principais responsáveis pela formação das novas gerações, enquanto difusores de saberes historicamente acumulados, estão preparados para trabalhar com esse novo constructo social?

É sobre isso que vamos discutir: sobre as concepções docentes no contexto da diversidade de gênero e as múltiplas identidades daí oriundas, dentro do cotidiano escolar de uma escola pública. A discussão se dará através de cinco eixos analíticos, nos quais estarão mesclados excertos de falas docentes – colaboradores da pesquisa em curso – e de cientistas sociais que discutem a questão na contemporaneidade.

LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma das áreas mais polêmicas e conflitantes do Brasil diz respeito a sua ampla gama de leis: há muitas leis, algumas delas são confusas e conflitantes e, a grosso modo, grande parte da população desconhece o que regulamenta seus direitos, bem como o que estabelece seus deveres.

Dito isso, o propósito desse trabalho, ao se enveredar por esse caminho, é demonstrar que existe farta legislação que protege e defende os direitos das pessoas que tem orientação sexual diversa da heteronormatividade. Sobretudo quando o exercício desse direito se dá no âmbito escolar, alvo de análise dessa pesquisa.

No Brasil, temos várias políticas públicas editadas a partir desse novo século e milênio, tanto em nível federal quanto estadual, a fim de minimizar toda sorte de preconceito e discriminação sofridos por segmentos sociais historicamente relegados por não seguirem a norma sexual da maioria da população.

Mas como o pessoal docente tem lidado com essa questão?

O excerto a seguir, retirado de uma das entrevistas realizadas com esse público, ilustra a concepção desse setor:

A única legislação que eu lembro, assim, é a que trata do nome social: o indivíduo que quiser ser reconhecido por um outro nome; no caso, mulher pelo nome de homem e vice-versa. Essa é a única legislação que eu tenho agora em mente (Entrevistada A).

A legislação a qual essa docente se refere é o Decreto nº 55.588, de 17 de março de 2010, que dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo. Mesmo assim, parece não ter muita convicção no que afirma, pois já ouviu falar no assunto, mas demonstra insegurança quando é inquerida a esse respeito.

Nesse sentido, um dos fatores falhos para a efetivação de políticas públicas é a formação deficitária do público que irá operacionalizá-las, ou seja, os professores, nesse caso. Desconhecimento e falta de tempo – no caso do pessoal docente - e omissão por parte dos órgãos públicos, são fatores que se impõem ao tratarmos das questões de gênero e identidade no seio escolar.

Se um amplo programa de formação e aperfeiçoamento em serviço fosse levado a termo pelo Poder Público, sobretudo no que tange às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, ou seja, aquelas inerentes a qualquer pessoa nascida no Brasil e em pleno gozo e exercício de sua cidadania, estaríamos em sintonia com o Parecer nº 8 do Conselho Nacional de Educação, bem como uma educação pautada nos Direitos Humanos, tal qual nos sugere o texto-base que motivou a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 que, no seu art. 3º, vem nos dizer que:

Artigo 3º - A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I – dignidade humana; II – igualdade de direitos; III – reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV – laicidade do Estado; V – democracia na educação; VI – transversalidade, vivência e globalidade; e VII – sustentabilidade socioambiental (BRASIL, Conselho Nacional de Educação, Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Executivo I, Seção I, p. 33).

Se essa pluralidade de princípios faz parte de uma educação que preserva e assegura a dignidade da pessoa humana, estabelecendo diretrizes para isso, não pode a escola e seus agentes se omitirem ou alegarem desconhecimento da questão; sobretudo hoje, em plena era digital.

ESTIGMA E PRECONCEITO

Nesse eixo, nos debruçamos na análise das entrevistas, tendo como principal referencial teórico o sociólogo norte-americano Erving Goffman que, na década de 1960, se preocupou em estudar a questão do preconceito e as marcas que essa postura infringe em quem sofre tal ação. Para este autor, isso levaria à criação de um estigma, caracterizado pela situação em que o indivíduo está inabilitado para a aceitação social plena (1988, p. 4).

Os docentes que colaboraram com essa pesquisa demonstram que alguma ação deveria ser realizada com relação à inserção do alunado LGBT - até mesmo por parte da escola - e não ficar só esperando que alguma medida emane da Secretaria Municipal de Educação:

Acho que a própria escola mesmo, através da Coordenação e Direção poderia propiciar essa formação para gente, através das horas de HTPC. Mas... não sei não, talvez por ser uma questão delicada e uma novidade, tudo junto, ninguém queira tocar no assunto. Mas é uma necessidade, pois a cada ano que passa, recebemos mais alunos homossexuais na escola, tanto meninas, como meninos, né? E o pior, tem colega que, como a gente sabe, não toca no assunto porque não tem domínio sobre essa questão (Entrevistado E).

Os termos “delicada” e “novidade” que aparecem na fala do nosso colaborador denunciam que, atualmente, a presença massiva de homossexuais no contexto escolar é algo que causa, no mínimo, uma espécie de estranhamento no público docente; pois hoje o indivíduo já não mais se esconde (felizmente), não tenta encobrir uma orientação sexual da qual não se envergonha. Ou seja, o que antes era velado, encoberto e mascarado, hoje se dá de forma escancarada, espontânea e natural. Sobre isso, Goffman nos traz uma importante reflexão:

O indivíduo que se encobre pode também sofrer a experiência clássica e fundamental de ter que se expor, durante uma interação face a face, traído pela própria fraqueza que ele tenta esconder, pelos outros presentes ou por circunstâncias impessoais (GOFFMAN, 1988, p. 74).

O indivíduo que vive reprimido por não ser aceito no agrupamento em que vive e do qual faz parte, a qualquer momento – sobretudo quando vive sob forte interação, como é o caso da escola -, pode demonstrar aquela orientação sexual que tenta camuflar, ou mesmo, pode deixar transparecer para o grupo com o qual convive seu verdadeiro modo de ser. Aí é que a situação tende a ficar complicada, sobretudo se esse indivíduo não tem como mensurar o grau de aceitação desse grupo. Se esse grupo tiver um olhar ampliado para as questões de identidade e gênero, bem como para a diversidade que esses temas comportam, de modo a não rechaçar, mas sim, acolher e respeitar, tudo certo. Porém, caso contrário, não sabemos prever as várias violências as quais essa pessoa estará exposta.

Qualquer trabalho, entretanto, pode ser colocado em xeque. Caso essas questões não estejam claras para o pessoal docente – principalmente -, que se supõe ser melhor formado e informado que os demais agentes escolares (inspetores de aluno, pessoal da secretaria, cozinha e limpeza, por exemplo, dado o nível de escolaridade exigido para o exercício dessas funções). A questão é complexa e se torna mais controversa com a falta de uma compreensão por parte de toda a escola que, muitas vezes, pode não acolher, mas segregar aqueles que, diariamente, cruzam seus portões.

GÊNERO E DIFERENÇA

Analisados os eixos sobre Legislação e Políticas Públicas e sobre Estigma e Preconceito, importa, agora, discutir o tema central dessa pesquisa: Gênero e Diferença (ou diversidade), a fim de conhecermos as concepções de nossos colaboradores sobre essa temática e confrontá-la com a visão de estudiosos sobre o assunto.

Assim, na fala do entrevistado a seguir, temos um exemplo de como a questão de gênero é percebida pelos professores no meio em que atuam.

Principalmente o diferente: o diferente incomoda. Então, se a gente age numa sociedade, hoje que, querendo ou não, acaba sendo repetitiva quanto à padrões: menino tem que brincar com a bola; menina, com boneca, desde criança. Chega um momento em que, quando foge dessa normalidade, de um padrão já afirmado pela sociedade há muito tempo, eu acho que isso vai acabar interferindo, isso vai acabar julgando a pessoa (Entrevistado A).

Para analisar essa fala, escolhemos o estudo realizado em *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista (2003)*, por Guacira Lopes Louro que, aliás, é um dos aportes teóricos que subsidiam essa pesquisa. A partir daí, gênero e sexualidade têm sido encarados sob um aspecto sociocultural, mostrando que o paradigma da Biologia, predominante até então, não é a única maneira de estudar a questão.

O conceito (gênero) pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico. Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos (LOURO, 2003, p. 22).

A partir dessa premissa é que a escola deve encarar e tratar os sujeitos que adentram seus portões. Destaca-se a importância de ter em vista uma perspectiva social de definição da identidade de gênero – volátil e fluida -, e não algo estático que, balizado pelo nascimento (masculino ou feminino, e pronto) deve perdurar por toda a vida do indivíduo, sem levar em consideração as múltiplas vivências, práticas e interações, de cunho sociocultural, que essa pessoa estará sujeita ao longo de sua existência.

Um de nossos referenciais teóricos afirma que um olhar mais crítico à hegemonia heterossexual fez circular entre nós termos como heterossexismo, heteronormatividade e matriz heterossexual (MISKOLCI, 2014). Aqui, entretanto, e para efeito de analogia ao excerto acima, tomaremos a definição de matriz heterossexual, a saber:

A matriz heterossexual designa a expectativa social de que os sujeitos terão uma coerência linear entre sexo designado ao nascer, gênero, desejo e práticas sexuais. Assim, por exemplo, alguém com vagina teria que - obrigatoriamente - ser feminina, ter desejo por pessoas com pênis/masculino e ser passiva sexualmente (MISKOLCI, 2014, p. 14).

É esse recorte adquirido na convivência social que a escola teima em não aceitar. Ou seja, criada em meio à matriz heterossexual, a escola foi capaz de separar meninos e meninas em salas diferentes, pavilhões diferentes dentro de um mesmo prédio e, até mesmo, em escolas diferentes, reafirmando uma pseudo-superioridade do masculino sobre o feminino que, como sabemos, não existe.

Mais uma vez, percebemos a resistência por parte de alguns docentes em levar a discussão de gênero para dentro da escola:

O fato de você não concordar com a atitude de uma pessoa, como eu não concordo com quem usa drogas, eu não concordo com a pessoa que mata, eu não concordo com a pessoa que ofende seus pais – até nesse sentido, eu não concordo -, eu não concordo com o divórcio no casamento: eu acho que quando erra, erram os dois, não erra um só, então o casal devia sentar e, conversar, antes de pensar no divórcio. Então eu também não concordo com a orientação sexual diferente daquela que você está acostumada: homem e mulher (Entrevistado B).

Esse depoimento demonstra como é difícil ampliar concepções arraigadas no cotidiano escolar. Nesse trabalho, no entanto, primamos por uma concepção plural e horizontal, de modo a dar conta de toda a diversidade que hoje adentra as escolas, tal como nos diz a pesquisadora:

Gênero opera para assegurar determinadas formas de relações sexuais reprodutivas e para proibir outras formas. O gênero de alguém, nessa perspectiva, é um índice das relações sexuais prescritas e proscritas pelas quais um sujeito é socialmente regulado e produzido (BUTLER, 2014, p. 261).

Pensar sobre gênero numa abordagem sociológica pressupõe ter uma representação sobre homem e mulher, ambos diversos, em sua essência. Outras características, além da meramente sexual que, por si só, já é bem abrangente, temos que considerar etnia, religião, classe social. Enfim, é toda uma teia que, ao se desembaraçar, vai tecendo diferentes conjecturas, de modo a explicar porque um determinado grupo pensa desta ou daquela maneira, de acordo com o momento histórico que estiver vivenciando.

IDENTIDADE E FAMÍLIA

Não poderíamos concluir esse trabalho sem que um capítulo fosse dedicado à análise da influência familiar no processo de constituição da identidade, pois entendemos que a família é a primeira instituição com a qual o indivíduo toma contato, desde o nascimento até sua entrada na escola o que, a cada dia que passa, vem ocorrendo de forma mais precoce. A esse respeito, temos em Lahire uma importante contribuição:

Sabe-se que os diferentes momentos de socialização na vida de um indivíduo não são equivalentes. A sociologia se esforça, assim, em diferenciar os tempos e os quadros da socialização, separando particularmente o período de socialização dita

“primária”, essencialmente familiar, de todos aqueles que vêm em seguida e que nomeamos como “secundários” (escolas, grupos de pares, universos profissionais, instituições políticas, religiosas, culturais, esportivas etc.) (LAHIRE, 2015, p. 1397).

Porém, para alguns docentes, a escola deve fixar sua missão somente no ato de ensinar, tal como nos comprova o excerto a seguir:

Com certeza, pois a escola ela é ... sua função é preparar o ser humano para enfrentar a sociedade; a função social dela é levar o indivíduo a ler bem, escrever bem, interpretar, enfim, ter todos os tipos de leitura. Eu acredito que a escola, ao trabalhar todo o conhecimento, ela estará preparando um adulto equilibrado, sensato, amoroso, respeitador ... e isso faz parte do processo de formação do conhecimento (Entrevistado D).

Mas o que fazer diante de um cenário social em constante mutação? Desta forma, separações que antes não conseguiam ser oficializadas passam a ser legais, o que firma a possibilidade de que as pessoas possam constituir novas famílias. Setton, nesse aspecto, nos oferece uma reflexão interessante, a respeito de como se dará o processo de socialização do indivíduo na contemporaneidade:

Desde que um indivíduo esteja simultânea e continuamente no seio de uma pluralidade de mundos sociais, não homogêneos e, às vezes, contraditórios, ou no seio de universos sociais relativamente coerentes, mas apresentando em certos aspectos contradições, ele está exposto a um estoque de esquemas de ação não homogêneos, não unificados e, conseqüentemente, a práticas heterogêneas, variando segundo o contexto social que será levado a valorizar (SETTON, 2005, p. 344).

E o que fazer quando viés religioso recorta a questão? Torna-se mais complicado ainda, pois nos deparamos com visões pré-concebidas que, na maioria das vezes, não comportam uma discussão à luz do conhecimento científico. Isso se torna particularmente interessante no caso de um município que tem a maioria de suas atividades orbitando em torno do turismo religioso. Nesses, assim como em outros casos, o professor reconhece que pode surgir uma confusão na cabeça de seus alunos, sobretudo quando se trata de uma cidade que tem, no turismo religioso (reiteramos), sua principal fonte de renda e, conseqüentemente, de geração de emprego.

Muitos de nossos alunos, inclusive, já trabalham na feira aos finais de semana. Deve haver um choque na cabeça dessas crianças e adolescentes, que devem ouvir em casa que isso (homossexualismo) é coisa do demônio e ter que atender essas pessoas nas barracas em que trabalham. Se bem que o jovem tem a cabeça mais aberta, mas, mesmo assim, acho que deve gerar um pouco de confusão (Entrevistado E).

Percebemos que a sociedade evoluiu, a dimensão sobre o que é (ou não) conhecimento evoluiu, a própria legislação, em alguns aspectos, evoluiu, mas a mentalidade de algumas pessoas ainda se mantém presa a valores que não comportam toda a gama de pessoas que frequenta a escola atualmente. A esse respeito, Stuart

Hall faz uma análise das diferentes dimensões de sujeito através do tempo:

O **sujeito do Iluminismo** estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação. A noção de **sujeito sociológico** refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que esse núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente. O **sujeito pós-moderno** é aquele que não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração do móvel”. É definida historicamente, e não biologicamente (HALL, 1987, p. 10-13, grifos do autor).

Acreditamos que uma relação de respeito e parceria entre escola e família é um dos caminhos plausíveis para resolver a questão das diferentes identidades hoje presentes no meio escolar. Só com muito diálogo a questão pode ser resolvida de forma adequada. Assim, a escola não permanecerá à margem de toda a discussão sobre essa temática - hoje presente nos meios sociais - podendo assumir um papel privilegiado: de se tornar a vanguarda para o acolhimento, em detrimento à exclusão.

AMBIENTE ESCOLAR E DISCIPLINA

A vida em sociedade nos infringe o cumprimento de algumas regras. Aliados aos nossos direitos, sempre temos deveres. A escola, por sua vez, é um agrupamento que não pode ficar à margem das regras de convívio social, pois é uma organização social. Nas palavras de Lück:

A escola é uma organização social constituída pela sociedade para cultivar e transmitir valores sociais elevados e contribuir para a formação de seus alunos, mediante experiências de aprendizagem e ambiente educacional condizentes com os fundamentos, princípios e objetivos da educação (LÜCK, 2009, p. 20).

Sendo assim, como organização social, a escola estabelece contato e diálogo – amplo ou não – com a realidade que a circunda. Aliás, todo e qualquer ambiente escolar estabelece suas próprias regras, que se encontram expressas no Regimento Escolar, visando garantir a aprendizagem dos alunos num clima em que a disciplina ainda é vista como peça-chave para que isso aconteça.

Nesse sentido, a concepção que o docente tem sobre a temática da orientação sexual é fundamental para fugir de um padrão binário estabelecido socialmente pela escola:

Os que têm uma outra orientação sexual não são tolhidos na sua maneira de ser, eu nunca percebi isso, principalmente no ano passado que eu tive um aluno em sala de aula que eu precisava, às vezes, repreendê-lo, porque ele queria contar as noitadas que ele tinha: um aluno de 14 anos. Ele contava para a mãe e contava em sala de aula também (Entrevistado B).

Não é novidade que, abordar as questões de sexualidade em sala de aula causa, no mínimo, certo alvoroço ou, em um extremo oposto, certo silenciamento.

Por se tratar de tema controverso e pouco debatido, por vezes, muitos alunos querem participar, apresentam muitas opiniões e dúvidas a respeito, ou seja, é complicado não deixar que o assunto inicial se perca em meio a tantas divagações. Assim, e para evitar todo esse alvoroço, por vezes, o professor se cala e não toca no assunto, tal como nos demonstra o excerto da fala docente a seguir, típica da atitude acima mencionada:

Bom, pelo menos na fala é o que todos dizem. Agora, se fazem isso mesmo nas salas por onde passam (**abordar a questão da sexualidade no cotidiano escolar**), é uma dúvida. Digo isso porque, às vezes, a gente entra numa sala depois de uma aula do professor 'x' e está tudo tranquilo, sem alvoroço. Já outras vezes, parece que dá vontade de voltar da porta e nem entrar naquela sala, tamanha é a confusão e o alvoroço. Você perde o maior tempo até conseguir fazer com que eles sentem, se acalmem para, finalmente, começar sua aula. Essa questão é meio complexa (Entrevistado E, grifos do autor).

Sabemos que a citação de trechos de entrevistas, referendada pelos estudiosos que estudam a questão, não pode ter a finalidade de concluir o estudo do binômio gênero/identidade na instituição escolar. Mas compõe o quadro que nos mostra o ambiente escolar como extremamente disciplinador e, até certo ponto, conservador, sobretudo no que diz respeito a mudanças de postura e atitudes, bem como sobre a discussão de temáticas que fogem à dimensão curricular a qual se propõe.

A visão que queremos para este trabalho é a que nos propõe Louro (2003, p. 90): a escola não pode resolver todas as mazelas da sociedade, mas também não pode se furtar de ser *lócus* privilegiado para a discussão de alguns assuntos, sobretudo os oriundos das relações de poder. Ao se enveredar por esse caminho, a escola estará, na nossa concepção, cumprindo um de seus preceitos primordiais: o de contribuir para a edificação de uma sociedade mais justa, democrática e plural.

CONCLUSÕES

Todo o caminho que percorremos até aqui só nos deu a dimensão de que há muito o que discutir, analisar e entender quando o assunto identidade e diversidade de gênero é trazido para o contexto escolar.

Por isso, estamos longe de concluir alguma coisa, no sentido de que as análises aqui desenvolvidas sejam definitivas. Ao contrário disso, com essa pesquisa, se espera contribuir para alargar as discussões em torno das temáticas aqui trabalhadas e contribuir para embasar estudos futuros que sigam pela mesma linha de pesquisa.

Por outro lado, também pretendemos demonstrar que o conceito de gênero, dentro da concepção da maioria dos autores que subsidiam essa pesquisa, tem um viés social e cultural, do qual encontra-se intimamente relacionado e do qual não pode ser apartado, sob pena de ser compreendido de forma fracionada.

Antes de mais nada, cabe ao pessoal docente, enquanto principal agente

formador dentro de uma instituição de ensino, primar por atitudes plurais e éticas, sem falsos moralismos, pois a concepção em torno da qual se estrutura uma organização de ensino na contemporaneidade é a de uma gestão democrática, na qual todos os envolvidos com o processo educacional tenham voz e vez.

Mais do que isso, espera-se fomentar discussões em torno das questões que esse trabalho se propôs a discutir, de forma que a clientela discente que diariamente adentra os portões das escolas mundo afora possa ser tratada de forma igualitária e democrática, independentemente de sua orientação sexual, pois o que está em jogo em uma instituição de ensino é sua capacidade de ensinar e, mais do que isso, fazer com que seus alunos consigam aprender, desenvolvendo habilidades e competências que lhe serão úteis para o resto da vida, e não um recorte sexista, que distancia as pessoas e impede que importantes intercâmbios culturais sejam estabelecidos.

Após as referidas análises, temos a certeza de que a temática não estará resolvida, mas teremos condições de ampliar nossas considerações e contribuirmos, de modo mais efetivo e consubstancial, para a edificação do conhecimento científico, meta mais audaciosa dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, 30 mai.2012. Executivo I, Seção I, p. 33.

BUTLER, J. Regulações de Gênero. In: **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 249-274, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 153-218.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Mathias Lambert. 4. ed. São Paulo: LTC, 1988.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP & A, p. 7-22, 2005.

LAHIRE, B. A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, p. 1393-1404, dec. 2015. ISSN 1678-4634. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/109892/108393>>. Acesso em: 10 julho 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201508141651>.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis:Vozes, 2003.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, p. 15-31, 2009.

MISKOLCI, R.; LEITE JR., J. (Orgs.). **Diferenças na Educação: outros aprendizados**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Casa Civil. Decreto n. 55588, de 17 de março de 2010. Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de

São Paulo e dá providências correlatas. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, 18 mar.2010. Executivo I, Seção I, p. 8.

SETTON, M. da G. J. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. In: **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 335-350, nov. 2005. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12482>>. Acesso em: 10 julho 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702005000200015>.

SOBRE O ORGANIZADOR

Willian Douglas Guilherme - Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq "Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia" e membro do Grupo "Laboratório de Formação de professores e práticas dialógicas na Educação- Lapedi - UFT". Tem Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPA-UFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, entre outros, tendo como foco a História Local e a História das Instituições Escolares, assim como efetiva participação em cursos de Especialização (lato sensu) voltados para a formação de professores com foco na gestão, organização, planejamento, orientação e avaliação na Educação Básica.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento institucional 61

Alienação 93, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 196

Animação 102, 103

Anos iniciais 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33

Aprendizagem 4, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 24, 28, 30, 36, 38, 39, 43, 48, 50, 52, 53, 57, 59, 63, 64, 65, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 84, 85, 86, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 99, 100, 103, 104, 108, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 126, 129, 142, 143, 144, 154, 155, 159, 165, 181, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 193, 196, 201, 213, 220, 221, 230, 232

Atitudes 10, 42, 43, 73, 117, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 160, 182, 183, 203, 222, 240, 246

AVAs 84, 85, 86, 87, 89

B

Base Nacional Comum 21, 28, 29, 32, 33

Bem-estar docente 34, 41, 42, 43, 45

Brinquedoteca 6, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69

C

Cibercultura 90

Crianças 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 162, 163, 170, 172, 180, 243, 244, 246, 250

C&T 132, 133, 134, 136, 138, 139, 140, 141, 142

Currículo 8, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 39, 45, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 133, 185, 188, 190, 201, 225, 226, 228, 251

D

Desafios 21, 22, 29, 44, 59, 64, 75, 81, 82, 89, 92, 99, 119, 121, 123, 124, 125, 127, 129, 157, 217, 224, 225, 227, 244, 245, 247

Didática 31, 32, 33, 71, 75, 82, 154, 190

E

Educação a Distância 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 120, 126, 128, 129, 217, 240

Educação infantil 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 16, 20, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 48, 51, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 69, 70, 82, 157, 246

Educação permanente em saúde 118, 120, 121, 122, 129, 130

Educadores de creche 9, 13

Ensino 2, 10, 11, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 44, 48, 51, 52, 58, 59, 64, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 89, 90, 91,

93, 94, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 129, 132, 133, 134, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 155, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 166, 170, 174, 183, 187, 189, 193, 195, 198, 210, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 246, 247, 251, 252

Ensino de história 21, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33

Ensino técnico 132, 133, 134, 142

Espaços físicos 1, 2, 3, 4, 5, 6

Estratégia saúde da família 118, 119

F

Filme 102, 104, 105, 107

Formação 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 44, 45, 50, 55, 57, 59, 63, 64, 69, 72, 73, 74, 76, 78, 80, 85, 86, 89, 93, 94, 96, 108, 113, 114, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 131, 140, 141, 142, 143, 144, 155, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 180, 181, 186, 187, 188, 191, 192, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 231, 232, 238, 240, 242, 244, 246, 251, 253

I

Identidade 4, 9, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 28, 47, 49, 63, 64, 66, 74, 92, 95, 99, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 219, 225, 251

L

Livro da vida 46, 48, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59

Ludicidade 61, 66

M

Mal-estar docente 34, 41, 43

Marxismo 145, 158

Memória 27, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 135

Memória mediada 46, 49

MOOCS 86, 87, 90

N

Novas tecnologias 33, 77, 82, 91, 92, 99, 117, 118, 126, 232

P

Pedagogia histórico-crítica 145, 147, 152, 153, 154, 155, 157, 158

Planejamento 10, 17, 18, 19, 20, 38, 50, 62, 69, 73, 75, 77, 82, 91, 93, 98, 99, 100, 122, 124, 126, 169, 170, 171, 172, 194, 223, 239, 253

Professor 7, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 59, 64, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 92, 93, 94, 97, 98, 103, 104, 114, 115, 135, 142, 143, 154, 155, 160, 161, 163, 165, 166, 171, 180, 182, 190, 198, 199, 220, 221, 223, 226, 229, 230, 231, 238, 253

Professor de educação física 34

R

Recursos didáticos 102, 103, 107, 108, 126, 238

S

Sala de aula 17, 23, 32, 39, 40, 42, 47, 52, 56, 57, 58, 66, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 103, 104, 108, 115, 181, 190, 225, 230, 231

T

Tecnologia 71, 72, 73, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 96, 99, 100, 101, 120, 130, 132, 135, 136, 142, 143, 144, 159, 229, 230

Telessaúde 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130

Territórios da infância 1

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-759-8



9 788572 477598